

## Moção de Repúdio à Flexibilização do Comércio em Campinas

No dia 3 de junho de 2020 o Prefeito Municipal de Campinas publicou o decreto no 20901 que permitiu a abertura de vários estabelecimentos comerciais não essenciais desde o dia 08 do mês corrente.

Nós, do Conselho Municipal de Saúde, vimos a público para manifestar nosso repúdio a tal medida, pois:

- a) Os números de casos confirmados de Coronavírus e mortes não param de crescer na cidade, tendo havido entre os falecimentos 6 óbitos de trabalhadores/as da saúde, mostrando uma piora da situação nos últimos 15 dias, com lotação máxima dos leitos hospitalares e leitos de UTI;
- b) Há uma clara tendência de migração da pandemia para as regiões mais vulneráveis da cidade, onde pode se mostrar ainda mais dramática, pois, como os dados de vários lugares demonstram, as taxas de letalidade dessas regiões são muito maiores;
- c) A Prefeitura de Campinas já tentou medidas, tomadas de supetão, sem maiores análises (adiantamento de feriados, rodízios, por exemplo), sem resultados efetivos. Tenta mais uma hoje, ao transformar a Unidade de Pronto Atendimento Carlos Lourenço, em unidade de internação, reduzindo ainda mais o acesso do/a usuário/a às ações de saúde.
- d) A flexibilização do comércio não essencial nessas condições contraria frontalmente as recomendações da Organização Mundial de Saúde e de inúmeros cientistas e profissionais de saúde que monitoram a epidemia no Brasil, no Estado de São Paulo e em Campinas.

Portanto consideramos absurda essa medida precipitada, que pode ter como consequência aumentar exponencialmente o número de mortes na cidade.

Reconhecemos as dificuldades que os/as trabalhadores/as campineiros e campineiras têm para permanecerem em isolamento social por tanto tempo. Por isso o Conselho Municipal de Saúde, além de manifestar-se contrário a essa atitude irresponsável, coletando apoios e assinaturas ao abaixo assinado virtual “Fecha-Tudo com Justiça Social JÁ para enfrentar o Coronavírus em Campinas AGORA!”, recomenda uma série de ações e políticas públicas que deveriam ser tomadas para proteger economicamente trabalhadores e pequenos empresários, em medidas articuladas entre os governos municipal, estadual e federal.

Consideramos essa medida um atentado e um desrespeito à dignidade da pessoa humana, particularmente daqueles/as mais vulneráveis e dos/as trabalhadores/as que serão obrigados/as a se deslocarem e submeterem-se a situações de risco.

As consequências poderão ser dramáticas e irreversíveis: mais mortes e sofrimentos que poderiam ter sido evitados.

Campinas, 17 de junho de 2020.